

# ANAIIS



3º CONGRESSO  
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA  
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

02

*Leyla Castello Branco Rangel*

Focalizaremos as publicações do Senado Federal editadas por diversos órgãos da Câmara Alta, apresentando-as em vários grupos, de acordo com suas finalidades.

No Salão de Exposições deste Congresso, estão expostos em duas mesas de leitura, exemplos dos diferentes tipos de publicações que aqui abordaremos.

## **I. Publicações Regimentais**

*1 Regimento Interno:* é a lei interna do Senado Federal, que rege suas atividades. Editado pela Secretaria Geral da Mesa tem, de acordo com seu art. 443, consolidadas pela Mesa as modificações sofridas, ao fim de cada Legislatura. Sua distribuição, hoje, é mais ampla. A última impressão teve a tiragem de 10.000 exemplares para distribuição às Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, podendo ser adquirido, pelo público em geral, por intermédio da Subsecretaria de Edições Técnicas.

*2 – Regimento Comum:* rege as atividades do Congresso Nacional, quando em trabalho conjunto o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Nos casos omissos é subsidiado pelo Regimento Interno do Senado Federal.

*3 – Avulsos:* impressos para distribuição aos Senadores, são imprescindíveis às deliberações do Plenário:

- espelho da Ordem do Dia;
- proposições;
- pareceres,

e ainda os avulsos especiais com pareceres divulgados para estudo.

*4 – Diário do Congresso Nacional:* dividido em três partes: Seção I (Câmara dos Deputados); Seção II (Senado Federal) e Congresso Nacional (Sessão Conjunta). Estas três seções são impressas pelo Centro Gráfico do Senado Federal. A Seção I, entretanto, é elaborada sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

O Diário do Congresso Nacional contém a ata circunstanciada de cada sessão, salvo se secreta, incluindo, entre outros, os incidentes, debates, declarações da Presidência, listas de presença, textos das matérias lidas ou votadas e os discursos.

Note-se que o Diário do Congresso Nacional segue a Recomendação 2.7.1 do Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras, incluindo na primeira página o expediente, o sumário e a indicação do suplemento, quando couber. Tal recomendação ainda não é cumprida, infelizmente, pelo Diário Oficial, impresso pelo Departamento de Imprensa Nacional, embora constitua medida importantíssima para facilitar a leitura e a pesquisa.

O Diário do Congresso atende à Recomendação 4.4 do Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras, que visa à divulgação das publicações oficiais através dos diários oficiais. As publicações impressas pelo CEGRAF são divulgadas nas últimas páginas dos Diários do Congresso. Clichês de diversos tamanhos são utilizados para fechar os cadernos, variando os anúncios de acordo com as necessidades de impressão e acabamento.

\* É interessante observar que a criação do Centro Gráfico do Senado Federal, no final de 1963, deveu-se, principalmente, à necessidade premente da impressão de avulsos para os trabalhos de Plenário e da regularidade de distribuição do Diário do Congresso.

O crescimento do CEGRAF levou-o a atender não só às demais publicações do Senado mas a encomendas de diversos órgãos públicos, principalmente da Câmara dos Deputados com quem mantém convênio.

#### 5 – *Anais*:

Os arts. 232 e 233 do Regimento Interno dispõem sobre os *Anais* como sendo “os trabalhos das sessões organizados por ordem cronológica para distribuição aos Senadores”.

Os *Anais* constituem a melhor e mais completa documentação dos trabalhos do Senado Federal, a maior e mais perfeita fonte de pesquisas.

Lamentavelmente, há grandes hiatos na sua publicação e o atraso na impressão dos *Anais* é um antigo problema, jamais solucionado.

Após algumas experiências, que não cabe aqui relatar, foi recentemente aprovada pela Presidência do Senado exposição de motivos da Direção do Centro Gráfico, propondo a adoção de processo já utilizado pela Câmara dos Deputados, ou seja, a reunião dos Diários em brochuras, quinzenais ou mensais, com a inclusão de um índice. Periodicamente, índices cumulativos serão impressos, seja por sessão legislativa ou por legislatura.

Desde que, comprovadamente, não há condições materiais para a elaboração da publicação ideal, ou seja, *Anais* com revisão perfeita, notas e remissões – e não apenas a simples reprodução do Diário, quer em nova composição, quer em nova montagem fotografada –, é possível que a solução ora aprovada venha a corrigir, pelo menos, um dos grandes males – o atraso.

Resta, entretanto, ser realizado o grande trabalho – o índice, não somente dos novos volumes a serem publicados, mas – o que é importantíssimo –, de 150 anos de história legislativa, registrada no Diário do Congresso ou, em longo período do século passado, através da imprensa.

Nesta tarefa imensa, cuja grande meta é a pesquisa histórica, devem unir-se os esforços dos diversos setores da Casa, principalmente das Subsecretarias de *Anais*, do Arquivo e da Biblioteca.

Dirigindo-nos a Arquivistas não precisamos ressaltar o valor inestimável desta obra, principalmente para aqueles que, como nós, tanto sofrem ao tentar descobrir a história de uma lei; a atividade parlamentar de um Senador, a abordagem de um determinado tema, através de proposições, pareceres ou discursos.

Falta ao Senado Federal, como já tivemos oportunidade de salientar no 1º Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras, uma Coordenação de Publicações. A este órgão – Secretaria, Departamento, ou que nomenclatura houvessem por bem adotar – competiria a coordenação das publicações através da captação de recursos humanos e materiais, da reunião de riquíssimos acervos documentais e dados informativos esparsos, do estabelecimento do controle editorial e da fixação de critérios para a divulgação das obras.

Evitaríamos duplicidade de trabalhos, dispersão de esforços, descontinuidade em publicações, – que deveriam constituir coletâneas –, distribuição descontrolada ou enalhes inexplicáveis.

Os índices ou súmulas dos Anais substituiriam trabalhos feitos em outras Diretorias da Casa, como a “Súmula de Discursos”, elaborada pelo Serviço de Sinopse da Taquigrafia, em 1970, cobrindo o período de agosto a novembro daquele ano, ou a nova “Súmula de Discursos”, já com dois volumes editados, correspondentes ao ano de 1975, publicação semestral da Subsecretaria de Análise, com dados transcritos do Banco de Dados – “Discursos” – que integra o sistema de informações do Congresso. Ou ainda a “Súmula de Pareceres” editada em 1973 pela Subsecretaria de Comissões que relaciona, por Senador, os Pareceres emitidos (apenas a conclusão) sobre as diversas proposições (as ementas) em cada Comissão Técnica, no ano de 73.

Parabenizamos a Subsecretaria de Análise, pela obra que vem editando, moderna, útil, prática. Julgamos, entretanto, que tal trabalho, somado a todas as demais tarefas legislativas do Senado, deveria ser registrado, indexado, publicado, pela Subsecretaria de Anais. Uma única publicação periódica, contendo índices onomásticos, temáticos, cronológicos, com as diversas entradas necessárias, deveria *cobrir* integralmente as atividades do Senado Federal. E para esta publicação será, inegavelmente, de grande utilidade, o sistema de informação do PRODASEN, cujos bancos de dados são diariamente alimentados pela Secretaria Geral da Mesa, pela Secretaria Legislativa e pela Secretaria de Informação, na área legislativa.

Sugeriríamos, ainda, o aumento da tiragem dos Anais que não deveriam ser destinados apenas à “distribuição aos Senadores” (art. 232 do Regimento) mas enviados, regularmente, às Assembléias Legislativas, principais Câmaras Municipais e grandes bibliotecas públicas. É a divulgação do Senado Federal, do seu trabalho diuturno, da sua história.

6 – *Relatório da Presidência*: Ao final de cada sessão legislativa é divulgado o Relatório da Presidência, elaborado pela Secretaria Geral da Mesa.

Recentemente, a Secretaria Geral adotou um sistema merecidamente elogiado. A 5 de dezembro, encerramento da sessão legislativa, é distribuído um relatório sucinto, bem ilustrado, com excelente apresentação gráfica, no

qual é dada uma visão geral das atividades legislativas e administrativas da Casa, ressaltando os fatos mais importantes do ano.

Durante o recesso, para distribuição no início do ano seguinte, é confeccionado o Relatório analítico, com todos os detalhes, não só dos trabalhos legislativos mas das atividades desenvolvidas nos diversos órgãos da Casa, incluindo dados estatísticos.

A elaboração de dois Relatórios atende não só à premência do tempo para a coleta de dados e impressões mas, sobretudo, permite a divulgação do Senado em publicação de leitura rápida e agradável (relatório sucinto) e a documentação completa e detalhada de suas atividades (relatório analítico).

## II. Publicações Administrativas

1 – *Regulamento Administrativo*: considerado parte integrante do Regimento Interno (art. 440), por ele regem-se os serviços da Secretaria do Senado, superintendidos pela Comissão Diretora.

2 – *Boletim do Pessoal*: publicação quinzenal, elaborada pela Subsecretaria do Pessoal (arts. 81 e segs. do Regulamento). O Boletim foi instituído pelo Ato nº 1 de 1968, da Comissão Diretora, sendo órgão interno destinado às publicações de todos os atos e fatos relacionados com a Administração Geral do Senado Federal.

A partir da criação do Boletim, deixaram de ser publicados no Diário do Congresso os atos relativos ao pessoal da Casa – designações, transferências, aposentadorias, etc. Medida, sem dúvida, acertadíssima.

Os Pareceres da Consultoria Jurídica passaram a ser também publicados no Boletim do Pessoal. Tivemos notícia de que se acham no prelo os Pareceres já divulgados e que constituirão uma obra específica.

3 *Listas de Endereços de Funcionários*: editadas pela Subsecretaria do Pessoal e periodicamente atualizadas.

4 *Guias Telefônicos*: a cargo da Seção de Telx e Telefonia da Diretoria Geral e periodicamente atualizados.

5 *Catálogo da Biblioteca*: em 1975, por ocasião do 8º Congresso de Biblioteconomia e Documentação, foi lançado o novo catálogo, em 5 volumes.

6 *Catálogos de Publicações*: editados pela Subsecretaria de Edições Técnicas para divulgação de suas edições. Este ano, foi criado um catálogo próprio para pedidos pelo reembolso postal, com cartão-resposta comercial.

### III. Publicações de Assessoramento Legislativo

1 – *Boletim Informativo*: publicação a cargo da Subsecretaria de Edições Técnicas, destinada a fornecer subsídios para apreciação de Proposição em curso no Senado ou no Congresso Nacional.

As pesquisas, a redação e a confecção material do Boletim são realizadas na Subsecretaria, em poucos dias, para que a publicação possa ser distribuída aos Parlamentares, ainda no prazo de apresentação de emendas à Proposição estudada. Considerando os prazos exíguos, geralmente concedidos ao Congresso para a apreciação de Projetos, os mais importantes e complexos, depreende-se que a elaboração do Boletim Informativo deve ter uma “velocidade supersônica”.

Esta publicação destina-se exclusivamente aos Senhores Congressistas e às Assessorias Técnicas diretamente interessadas na Proposição em estudo. A tiragem é pequena e a apresentação gráfica é rudimentar, multiplicados os originais, quer em xerox quer em *offset* de escritório.

Há dois tipos de Boletins:

- a) quadro comparativo anotado, quando a Proposição altera ou revoga legislação existente;
- b) coletânea de subsídios, quando a Proposição é inovadora, regendo matéria ainda não legislada.

Do primeiro tipo, citamos como exemplo: Código Civil, Código de Processo Civil, Lei das Contravenções Penais, etc. Do segundo, exemplificamos com Divórcio, Colégio Eleitoral, Fusão, etc.

2 – *Resoluções do Senado Federal*: legislação da competência privativa do Senado. Coletânea editada pela Subsecretaria de Anais.

3 – *Decretos Legislativos*: legislação da competência exclusiva do Congresso Nacional. Coletânea editada pela Subsecretaria de Anais.

4 – *Legislação Anotada e/ou Comparada*: várias são as publicações de legislação anotada editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas, sobre as mais importantes normas legais recém-editadas. Citemos como exemplos:

- Decretos-leis do Governo Castello Branco (4 volumes, edição 1967);
- Coletânea de Decretos-leis, Atos Institucionais e Atos Complementares (Governos Costa e Silva e Médici) – 16 volumes;
- Reforma Administrativa (Decreto-lei 200/67 – legislação alterada e correlata – ed. 1974; a 2ª edição, revista e atualizada, com a legislação de pessoal, está no prelo);
- legislação eleitoral e partidária (ed. 1974, com suplemento atualizado, ora lançado);
- Legislação Constitucional e Complementar (já com 4 suplementos);

- Constituição Federal e Constituições Estaduais (editada em 75 e já esgotada, deverá ser reeditada no próximo ano);
- Leis Orgânicas dos Municípios (no prelo) e outras.

Dentre as publicações de legislação comparada (quadros comparativos da nova lei com a legislação anterior, apresentando, ainda, notas explicativas e subsídios), podemos citar:

- Código Penal (já esgotado);
- Código de Processo Civil;
- Consolidação das Leis do Trabalho;
- Previdência Social;
- Código Penal Militar (publicado na Revista de Informação Legislativa nº 26);
- Segurança Nacional (publicado na Revista de Informação Legislativa nº 39) e outras.

5 – *Didática*: podemos considerar como obra didática a publicação “Processo Legislativo”, editada em 75, pela Subsecretaria de Edições Técnicas e reeditada em 76. Nesta publicação são definidas as diferentes normas legais e explicada sua tramitação. O interesse despertado por este trabalho foi tão grande que a reimpressão ocorreu poucos meses após o seu lançamento.

6 – *Doutrinária*: artigos de doutrina e pesquisa, que constituem a REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas, desde março de 1964.

De 10 em 10 números da Revista, é editado um índice temático de todos os artigos publicados desde o 1º número da Revista, contendo, ainda, a relação dos colaboradores e os sumários de cada número.

É interessante observar que as publicações relacionadas nestes três últimos itens destinam-se não só ao assessoramento legislativo como a divulgação legislativa, ao público em geral. Impressas em grandes tiragens (média de 10.000 exemplares), são distribuídas gratuitamente a órgãos públicos e bibliotecas cadastrados na Subsecretaria de Edições Técnicas e vendidas aos interessados, no Senado, em algumas livrarias jurídicas e pelo reembolso postal (vejam o catálogo com cartão-resposta comercial distribuído neste Congresso).

#### IV. Publicações de Documentação

Evidentemente, as publicações relacionadas nos grupos anteriores não escapam ao caráter de *documentação*, principalmente aquelas indicadas no Grupo I – *Regimentais*.

Aos Arquivos, especificamente, além das já mencionadas (Avulsos, Diários do Congresso e Anais), interessam sobremaneira as publicações que focalizaremos neste Grupo:

1 – *Biografias dos Senadores*: de acordo com os arts. 96 e segs. do Regulamento Administrativo, compete à Subsecretaria do Arquivo esta publicação editada a cada legislatura, contendo os dados biográficos dos Senadores em exercício do mandato.

O Arquivo do Senado está empenhado em minuciosa pesquisa que visa à publicação das biografias de todos os Senadores, desde o Império.

2 – *Históricos das Leis*: As mais importantes leis aprovadas pelo Congresso Nacional têm merecido publicações especiais editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas. Podemos dizer que estas publicações são, para o pesquisador, mais completas do que o processado da lei arquivado, parte na Câmara, parte no Senado Federal. Além de conter a tramitação completa da matéria nas duas Casas do Congresso, a publicação divulga os discursos (que não são incluídos no processado) e subsídios outros, como noticiário da imprensa, depoimentos, etc.

Citemos como exemplos:

- “Anais da Constituição de 1967” (7 volumes, sendo o 4º e o 6º em 2 tomos cada);
- “Direito de Greve”;
- “Vendas e Consignações”;
- “Diretrizes e Bases do Ensino”;
- “O Congresso Nacional e o PIS”;
- “Código Penal” (Lei 6016/73);
- “Código de Processo Civil” (6 tomos);
- “Previdência Social” (2 tomos);
- “Partidos Políticos – Lei 4.740/65” (2 tomos);
- “Partidos Políticos – Lei 5.682/71 e suas alterações” (2 tomos).

3 – *Artigos de Documentação*: publicados na “Revista de Informação Legislativa”, tais como os históricos das Emendas Constitucionais, os diversos casos de estado de sítio e os de intervenção federal nos Estados, por exemplo.

4 – *Reprodução de Documentos Históricos*: na seção “Arquivo” da “Revista de Informação Legislativa”.

5 – *Relatórios e Anais de Comissões Especiais ou de Seminários*:

Como exemplos, a publicação “I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília”, organizado pela Comissão do Distrito Federal e os “Anais do Seminário sobre Desenvolvimento Político e Modernização Legislativa”, comemorativo do Sesquicentenário do Senado e editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas.

6 – *Edições Históricas e/ou Comemorativas*:

A coleção comemorativa do Sesquicentenário da Independência, editada pelo Centro Gráfico do Senado Federal, por determinação do Presidente



Petrônio Portella, constitui, sem dúvida, uma obra de vulto, o primeiro grande lançamento do Senado na pesquisa histórica. Além dos 5 volumes de “O Parlamento e a Evolução Nacional”, elaborados por José Honório Rodrigues e Lêda Boechat, com a colaboração de Octaciano Nogueira, a coleção compreende, ainda: três volumes das “Atas do Conselho de Estado” (vols. 1, 2 e 9), sob a direção de José Honório Rodrigues, também autor da Introdução Histórica;

- “Parlamentares do Império” (2 volumes), de Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo;
- “Obra Política de José Bonifácio” (2 volumes), trabalho organizado por Octaciano Nogueira, dirigido pelo Deputado José Bonifácio Lafayete de Andrada e prefaciado por José Antônio Soares de Sousa;
- edição fac-similar do Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823 (3 volumes e índice), com introdução de Pedro Calmon;
- “A Constituinte de 1823”, 1 volume organizado por Octaciano Nogueira, com trabalhos de Barbosa Lima Sobrinho, Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, José de Alencar e Rodrigo Octávio Filho.

Este ano, comemorando o Sesquicentenário da instalação dos trabalhos do Senado, foi editado o folheto “Senado: 150 anos”, de autoria do funcionário Octaciano Nogueira. Uma pesquisa histórica, em estilo de crônica, divide os 150 anos da vida da Câmara Alta em três fases, marcadas pelos três prédios que serviram de sede ao Senado: o Palácio do Conde dos Arcos (1826 a 1924), o Palácio Monroe (1925 a 1960) e o Palácio do Congresso Nacional (a partir de 1960). Com uma tiragem de 50.000 exemplares, este folheto tem sido distribuído nas diversas exposições e solenidades promovidas pelo Senado Federal ou em Congressos onde a Casa se faz representar.

Também em comemoração ao Sesquicentenário, foi editado um número especial da “Revista de Informação Legislativa” (nº 50, junho/76), com a tiragem de 15.000 exemplares, quando a tiragem normal da Revista é de 10.000 exemplares.

As diversas conferências pronunciadas em homenagem ao Sesquicentenário do Senado, no Instituto dos Advogados Brasileiros, na Associação Brasileira de Imprensa, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Museu Imperial de Petrópolis, na Universidade de Brasília, constituem não somente pesquisas históricas riquíssimas mas depoimentos de alto valor, considerando o renome dos conferencistas.

Toda essa contribuição será publicada pela Subsecretaria de Edições Técnicas, constituindo excelente fonte de pesquisa sobre a história do Senado Federal.

## Conclusão

É longo o caminho a trilhar no campo da pesquisa histórica. Planos estão sendo traçados, autoridades vêm sendo consultadas, pesquisas se iniciam

para que possamos, em futuro próximo, lançar os primeiros trabalhos sobre a História Política Brasileira, especialmente sobre o Poder Legislativo. Nestes planos incluem-se reedições de antigos jornais de influência marcante em nossa História, reedições de obras selecionadas de há muito esgotadas e caídas em domínio público, divulgação de documentos históricos em edições fac-similares, etc.

Seria prematuro anunciar qualquer trabalho mas poderemos, desde já, informar que estamos tomando as primeiras providências para o lançamento de uma obra “O Legislativo e os Cursos Jurídicos” (título provisório), a 11 de agosto do próximo ano, data comemorativa do Sesquicentenário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil.

Nada poderemos fazer neste importantíssimo campo da pesquisa histórica, sem a experiência, a técnica e o conhecimento dos Arquivistas, aos quais nos dirigimos, pedindo sua inestimável colaboração. Ofereçam-nos sugestões, tragam-nos idéias, apontem fatos, documentos, detalhes, cuja divulgação julgem de interesse.

Colaborem com o Senado Federal nesta ingente tarefa a que nos propomos — levar os documentos originais às mãos do pesquisador, permitir o mais fácil acesso do público ao rico acervo de nossos arquivos.

Ajudem-nos a editar os *arquivos impressos*.

*PERGUNTAS À DR<sup>a</sup> LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL*

1) *Maria Luiza F. Busse* (V.O. 3<sup>a</sup> da Penitência): De quem será a orientação do novo trabalho de História do Brasil?

R.: Estão sendo feitos os primeiros contatos com diversas autoridades que se prontificaram a selecionar importantes documentos da História Política do Brasil. Podemos citar o ministro Aliomar Baleeiro, o Dr. Barbosa Lima Sobrinho e ainda a Direção da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional.

O primeiro passo foi dado — já temos para reprodução fac-similar os jornais “O Tamoyo” e “A Malagueta”, iniciando uma coletânea de artigos de jornais que serão, não só reproduzidos, mas anotados, indexados e comentados.

2) *Ana Maria Murakami* (CPDOC): Em que época será levada ao prelo a “Coletânea de História Política Brasileira”?

R.: Creio ter respondido sua pergunta na resposta anterior.